



MOÇAMBIQUE: GÉNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Date: June 30, 2012

Participação política é a possibilidade que qualquer cidadão ou grupo social tem de influenciar de forma efectiva a agenda pública local, nacional ou internacional, através da participação legal e activa no sistema representativo, a partir do voto, nas campanhas, nas eleições e na estrutura legislativa.

Ela ocorre também através da presença efectiva nas estruturas, nas actividades e no trabalho partidário, em grupos organizados da sociedade civil e em manifestações orientadas a exercer influência nas políticas públicas dos Governos. Como se pode depreender, o conceito de participação política tem um significado fortemente vinculado à conquista dos direitos de cidadania e assenta-se essencialmente em três níveis: presença, activismo e capacidade de decisão ou de influência.

A presença da mulher na política, em Moçambique, remonta aos primórdios do processo de luta de libertação nacional. Referências históricas atestam que a greve de Buzi, localizada na agora província de Sofala, realizada em 1947, é disso exemplo. Tratou-se de um movimento grevista que incluiu a participação de 7.000 mulheres que se recusaram a trabalhar no cultivo de algodão, queimaram as sementes e participaram em outras ações contra as concessionárias algodoeiras, obtendo a isenção deste trabalho para as grávidas e mães com crianças de até quatro anos de idade.

Outra iniciativa de fundamental importância foi a actuação das mulheres na propaganda de desprestígio do governo colonial perante a população e a divulgação de notícias do então movimento nacionalista, a Frente de Libertação Nacional de Moçambique (FRELIMO). Com efeito, a actuação das mulheres no processo revolucionário foi antecedida pela sua participação em movimentos contra o colonialismo.

Antes mesmo do início da luta armada, camponesas cumpriram um papel estratégico na propaganda anti-colonialista e essa experiência também foi vivenciada por grupos femininos das zonas urbanas, onde se destacou o Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM). O NESAM jogou um papel fundamental na mobilização de um grupo de mulheres para se aliarem à causa da independência.

Segundo relatos históricos, destacou-se nesse grupo a Josina Machel, que se filiou à FRELIMO em 1965. A sua actuação neste movimento permitiu-lhe ocupar cargos superiores, tal como a chefia do Departamento de Relações Exteriores e Assuntos Sociais, onde prestava assistência às causas das mulheres integrantes do movimento e foi responsável pela criação de orfanatos para os filhos das combatentes. Josina Machel morreu a 7 de Abril de 1971, durante a Luta Armada, e se tornou um exemplo memorável na história



de Moçambique. A sua importante contribuição durante a guerra valeu-lhe a proclamação do dia da sua morte como o dia nacional das mulheres moçambicanas.

Entretanto, Josina Machel não foi a única a combater durante a guerra de libertação nacional e nem foi esta a forma exclusiva de contribuição feminina, quer durante a luta armada, quer após a independência. Muitas outras mulheres também se destacaram na luta de libertação, prestando assistência aos guerrilheiros e participando dos combates, ao nível do Destacamento Feminino da FRELIMO. Paralelamente, muitas mulheres que não se inseriram no Destacamento Feminino continuaram a contribuir na Revolução através de outras formas, tais como o transporte de material, a produção de alimentos para os combatentes, bem como a participação activa como informantes, professoras ou enfermeiras.

Após a independência, a participação da mulher na vida política no país continuou. Com efeito, a FRELIMO já havia criado a Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), em 1973, uma estrutura que tinha como função principal trabalhar pela emancipação feminina, envolvendo as mulheres nas tarefas da Revolução e estimulando o seu engajamento internacional com outras organizações de mulheres no mundo. Pese embora a nova constituição nacional reconhecesse a igualdade de direitos e deveres entre os homens e as mulheres e proclamasse a emancipação da mulher como uma das tarefas primordiais do Estado, a colocação da mulher no exercício do poder popular efectivo foi insignificante.

As mulheres exerciam papéis subalternos e a sua acção confinava-se às áreas de influência da OMM, meramente em actividades de assistência social, de participação em eventos culturais e da edificação da sociedade que se pretendia para o país. Durante este período, um dos únicos elementos de notabilização da mulher foi a actuação de Graça Machel como Ministra da Educação, no primeiro Governo de Moçambique independente.

No período do pós-guerra civil e imediatamente a seguir às primeiras eleições gerais e multipartidárias, realizadas em 1994, verificou-se um aumento substancial de mulheres que participavam nos processos políticos nacionais, liderando órgãos e instituições públicas, e nas fileiras partidárias. Embora tenha havido um reconhecimento explícito da necessidade de inserção da mulher nesse processo, o seu acesso ao espaço e o efectivo exercício político enfrentava ainda uma série de barreiras a nível familiar, comunitário e institucional. Os homens continuaram a ocupar lugares de destaque nos centros de tomada de decisão e, mesmo nos cenários em que acediam ao espaço político, as mulheres não faziam o devido uso do seu poder e voz de modo a influenciar processos e agendas políticas, a inserir as questões de género no quadro político nacional e a representar de modo activo e efectivo os anseios das mulheres nas instituições políticas.

Em tempos mais recentes, tem-se notado um crescimento numérico significativo da participação política da mulher no país. Segundo dados



publicados pelo Governo moçambicano, só ao nível do Parlamento a proporção de assentos ocupados por mulheres no mandato governativo de 2005-2009 foi de 37.2%, representando um aumento na ordem de 2% em relação ao mandato governativo de 1999-2004. Ao nível do poder executivo, verificou-se pela primeira vez a nomeação de uma Primeira-Ministra e o registo de uma percentagem crescente de ministras, comportando cerca 25.9% dos membros do Governo, e de vice-ministras, em cerca de 31.5%.

Paralelamente, e no presente mandato governativo, para além de se verificar o relativo aumento da presença de mulheres como Ministras e Vice-Ministras, destaca-se a eleição de uma mulher para a presidência da Assembleia da República, a segunda figura na hierarquia do Estado. Igualmente, duas das maiores bancadas parlamentares são chefiadas por mulheres e, ao nível dos governos provinciais, o número de governadoras passou de duas, no mandato anterior, para três, no presente mandato. Como se pode depreender, estes números são encorajadores, ao nível da participação da mulher na política, e este número pode produzir uma governação mais sensível às questões de género.

Entretanto, o país continua ainda longe das metas traçadas, em termos de paridade, e esta percepção ainda não está reflectida na consolidação da democracia a nível nacional. As mulheres constituem, em termos numéricos, mais de metade da população nacional e uma parte significativa do eleitorado. As percentagens que ocupam na Assembleia da República, ao nível do Governo e em cargos de direcção e chefia em instituições públicas ou privadas são ainda insignificantes e revelam uma sub-representação nos principais centros de decisão do país à "abaixo da meta de 50% de mulheres em órgãos de tomada de decisão até 2015, acordada na região.

Em Moçambique, e para o caso da mulher, nota-se claramente que há uma presença crescente dela nos poderes políticos instituídos. É par desse facto, nota-se também um crescimento das iniciativas de empoderamento da mulher em situações de vulnerabilidade social e económica, particularmente através de organizações da sociedade civil. O terceiro nível de participação política, que tem a ver com o processo de tomada de decisão, é que se encontra ainda incipiente. Com efeito, muito ainda precisa de ser feito de forma a garantir que a participação política da mulher seja um facto e não apenas um slogan.

As mulheres, com algumas excepções notáveis, ainda não têm mostrado o seu verdadeiro impacto e influência na formulação, concepção e implementação das grandes decisões nacionais. Ademais, o desenvolvimento e o empoderamento da mulher não podem ser medidos apenas em termos do número de mulheres que fazem parte do Executivo ou das posições que elas ocupam na administração de várias instituições públicas ou privadas. Esses números, para além de insignificantes e ilusórios, não podem ser tomados como sinónimo de melhoria generalizada dos direitos e oportunidades das mulheres.



Edgar Barroso é uma bloguista e activista social. Este artigo faz parte do Serviço de Opinião e Comentário da Gender Links.

Fonte: <http://genderlinks.org.za/programme-web-menu/moambique-gnero-e-participao-poltica-2012-06-30/>

Acesso em: 27 de Dezembro de 2018

Autoria: Gender Links